

SUMÁRIO



1

INTRODUÇÃO	25
-------------------------	----

2

SEGURANÇA PÚBLICA	35
2.1 ASPECTOS CONSTITUCIONAIS, ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS	35
2.2 DESEMPENHO DA INVESTIGAÇÃO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	45
2.3 DIALOGICIDADE, FUNCIONALISMO, DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL NA ETAPA DE CORREÇÃO DO DEVER DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	50
2.4 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: UMA APROXIMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIALÓGICA.....	59
2.5 PROTEÇÃO DO BEM JURÍDICO, SEGURANÇA PÚBLICA E REPERCUSSÃO ECONÔMICA.....	71
2.6 PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL IMPLÍCITO DA DIALOGICIDADE NA COMPREENSÃO DE FATOS HUMANOS INDESEJADOS COMPLEXOS	82

3

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	87
3.1 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DIALÓGICA.....	94
3.2 INVESTIGAÇÃO E INTELIGÊNCIA	97
3.3 A INSTRUMENTALIDADE DA INVESTIGAÇÃO E O CONTROLE ÉTICO A PARTIR DA ECONOMIA E DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DIALÓGICA.....	103
3.4 REPERCUSSÕES E MULTIDISCIPLINARIDADE INVESTIGATIVA	112
3.5 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL COLABORATIVA E CONSEQUÊNCIAS DO DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR.....	115
3.6 O POSSÍVEL DIÁLOGO ENTRE DIREITO PENAL E CIVIL: ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO e INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	121

4

PERSECUÇÃO CRIMINAL, SOCIEDADE E DIREITO	125
4.1 PERSECUÇÃO CRIMINAL E SOCIEDADE	125
4.2 PERSECUÇÃO CRIMINAL, TEORIA CIRCULAR DOS PLANOS E DIREITO MATERIAL.....	130
4.3 A INSTRUMENTALIDADE CONSTITUCIONAL DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	137
4.4 DIÁLOGO ENTRE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL E A POLÍCIA INVESTIGATIVA.....	138
4.5 A CRIMINALIDADE CIBERNÉTICA E O INCREMENTO DELIBERADO DO RISCO	143
4.6 O AUMENTO DO CUSTO POR RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	153

5

DIREITO PENAL, RESPONSABILIDADE PENAL E ABUSO DE DIREITO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	159
5.1 DIREITO PENAL E RESPONSABILIDADE PENAL	159
5.2 BEM JURÍDICO E ABUSO DE DIREITO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	165
5.3 ABUSO DE DIREITO.....	169
5.4 ABUSO DE AUTORIDADE E EQUILÍBRIO ÉTICO	173
5.5 REFLEXÕES SOBRE UMA TEORIA DAS MÚLTIPLAS ILICITUDES	181
5.6 FALSAS VERDADES E A INCOMPREENSÃO SOBRE OS LIMITES DO DIREITO DE DEFESA.....	184
5.7 A EFICÁCIA VERTICAL INVERTIDA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O ABUSO DE DIREITO	190
5.8 COMO DISTINGUIR O INALIENÁVEL DIREITO DE DEFESA DO ABUSO DE DIREITO? O <i>NEMO TENETUR SE DETEGERE</i>	195
5.9 <i>NEMO TENETUR SE DETEGERE</i>	199
5.10 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONSTITUCIONAL <i>VERSUS</i> ABUSO DE DIREITO.....	205
5.11 O QUE NÃO É ABUSO DE DIREITO?.....	207
5.12 EM BUSCA DE UMA NATUREZA JURÍDICA.....	208

6

CUSTO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	219
6.1 O CUSTO DOS DIREITOS.....	224
6.2 O CUSTO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	229
6.3 O CUSTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	235
6.4 O CUSTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS PARA A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	237

6.5	ORÇAMENTO PÚBLICO E RESPONSABILIDADE DO ESTADO: CUSTOS ESSENCIAIS.....	239
6.6	LIMITES DE GASTOS PÚBLICOS E AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA	240
6.7	PROPOSTA METODOLÓGICA DE CÁLCULO DOS CUSTOS DA INVESTIGAÇÃO.....	242
6.8	SERVIÇO PÚBLICO, SEGURANÇA PÚBLICA E FATO HUMANO INDESEJADO.....	244
6.9	SERVIÇO PÚBLICO <i>UTI UNIVERSI</i>	247
6.10	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL TRIBUTÁRIA E INVESTIGAÇÃO TRIBUTÁRIA CRIMINAL	254
6.11	AS EXTERNALIDADES PASSÍVEIS DE COMPARTILHAMENTO	258
6.11.1	Externalidades diretas	274
6.11.2	Externalidades indiretas.....	282
6.11.2.1	Externalidades indiretas e a administrativização do Direito Penal	286
6.12	ESTUDO DE IMPACTO DE SEGURANÇA PÚBLICA	287

7

CONCLUSÃO	291
POSFÁCIO	297
REFERÊNCIAS	301